



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Entrada na Mesa às 17h10
Distribua-se e Publique-se
Data 17/XI/2014
O Secretário da Mesa

VOTO Nº 222/IX
DE PESAR PELO FALECIMENTO DA PROFESSORA DOUTORA ISABEL MARIA DE
MAGALHÃES COLLAÇO

Isabel Maria Moreira de Almeida Tello de Magalhães Collaço, professora catedrática jubilada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, faleceu. Com ela desaparece um dos espíritos mais brilhantes do Direito e, sem ela, fica bem mais pobre a Academia portuguesa.

Em 1948, concluiu a licenciatura em Direito com a muitíssimo rara classificação de 19 valores. Não era, no entanto, ainda o tempo em que a Faculdade considerava que o destino de uma Mulher, mesmo tão talentosa, podia ser a carreira académica, e foi depois de um percurso exterior ao ensino, e da obtenção de uma bolsa, que pode ter as condições que lhe permitiram concluir, em 1954, de forma igualmente brilhante, o doutoramento em Ciências Jurídicas.

Tornou-se, assim, na primeira Mulher portuguesa Doutora em Direito, e a seguir, só a seguir a isso, na primeira Mulher que leccionou na Faculdade de Direito de Lisboa.

A Professora Magalhães Collaço formou nessa Faculdade gerações de juristas portugueses, que ficaram marcados pelo seu imenso saber, pela inteligência fulgurante, pelo rigor que exigia aos outros depois de o exigir a si própria. Nessa Faculdade também completou todos os passos da carreira académica, granjeando por exclusivo mérito seu o profundo respeito e a maior admiração de colegas e alunos.

Era uma especialista, por todos reconhecida, em Direito Internacional Privado, a sua disciplina de eleição. No entanto, o seu profundo saber jurídico ia muito além, e regeu também Introdução ao Estudo do Direito, Teoria Geral do Direito Civil, Direito da Família, Direito Comparado, Direito das Comunidades Europeias, Direito do Comércio Internacional e Direito Processual Civil Internacional.

Isabel Maria de Magalhães Collaço foi sobretudo professora e pedagoga. Mas o seu imenso talento deixou marcas em muitos outros domínios, de que se salientam apenas alguns.

Participou inúmeras vezes, desde o momento da sua licenciatura, a nível internacional, em negociações bilaterais e em conferências multilaterais, tendo nomeadamente representado o Governo Português no âmbito da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado e na Conferência Diplomática de Genebra e integrado a direcção do “Institut International pour l’Unification du Droit Privé” e a “Commission on European Contract Law”.

Emprestou o seu prestígio e valiosa contribuição à Comissão de Reestruturação da Faculdade de Direito (1976-1978), que presidiu, a qual devolveu à escola credibilidade e rigor depois do período revolucionário. Logo a seguir, foi eleita Presidente do Conselho Directivo e, mais tarde, foi Presidente do Conselho Científico.

Em 1976 e 1977, presidiu à Comissão de Revisão do Código Civil de 1966, para o tornar compatível com a Constituição, tarefa em que foram decisivas a sua autoridade e a marca de elevadíssima qualidade técnica e de exigência.

Foi membro do Conselho de Estado em 1974-1975 e, por eleição da Assembleia da República, da Comissão Constitucional, entre 1976 e 1979.

Era autora de inúmeros textos publicados, sobretudo no domínio do Direito Internacional Privado.

Gostava da discrição e fugia a homenagens e a honras. Mas nunca se furtava a uma boa discussão jurídica e ficaram célebres as suas intervenções em sessões e em júris de provas académicas.

Antes do 25 de Abril, era conhecida na Faculdade a sua intolerância para com os abusos policiais sobre os estudantes, que sempre defendia. Depois, participou, de forma entusiasta, dentro e fora da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Universidade, no estabelecimento de uma ordem a um tempo democrática e de cultura de exigência e rigor. Nunca quis o palco e sempre privilegiou o estudo, a Academia, a investigação e o ensino. Portugal deve-lhe muito. Devem-lhe muito os juristas, para quem é uma referência na sua formação. Deve-lhe muito a democracia, que cultivava de forma exigente.

Era suficientemente generosa para, tendo sido discriminada no seu percurso académico, ter reconhecido aos seus pares a aceitação de si própria como igual. E estava, seguramente, entre os melhores de todos.

A Assembleia da República curva-se respeitosamente perante a sua memória e apresenta o seu pesar à Família da Professora Isabel Maria de Magalhães Colaço e à Universidade de Lisboa.

Palácio de São Bento, 17 de Novembro de 2004.

Os Deputados

J. B. Costa

Timóteo Braga

Paulo Soares

António José

Guilherme d'Almeida

Paulo

António

Luís

António Filipe

Joaquim

Teresa

Helena